

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

3



Atena
Editora

Ano 2021

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima
(Organizadores)

3



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lillian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lillian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D611 Discursos, práticas, ideias e subjetividades na educação 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Ilvanete dos Santos de Souza, Reinaldo Feio Lima. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-025-1

DOI 10.22533/at.ed.251212904

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Souza, Ilvanete dos Santos de (Organizadora). III. Lima, Reinaldo Feio (Organizador). IV. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

Inicialmente localizamos o leitor quanto ao contexto de organização desta obra; pois, nesse momento, (sobre)vivemos em um contexto pandêmico no qual os desafios enfrentados perpassam as “(...) relações entre a preservação da vida e as necessidades sociais tão preciosas a nós humanos, seres gregários que somos, bem como as dificuldade relativas ao trabalho, à economia e à sustentabilidade das instituições.” (GATTI, 2020, p. 30¹).

Neste contexto, é com entusiasmo de dias melhores que apresentamos o livro: **“Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação”** cujas temáticas focam a problematização da educação em relação as práticas, discursos, subjetividades e ideias, voltadas a formação de professores, gestão educacional, contexto pandêmico, inclusão, gênero e diversidade, ensino de Ciências e Matemática, práticas interdisciplinares, profissionalização e trabalho docente, Educação à Distância, entre outros.

Uma obra estruturada a muitas mãos e que tem por objetivo socializar as diferentes produções, desde relatos de experiências a textos de pesquisas, vinculados a diferentes instituições nacionais e internacionais, ampliando o olhar acerca das temáticas que evidenciamos anteriormente. O número expressivo de artigos encaminhados para este livro e os resultados aqui apresentados, revelou a relevância da temática e dos estudos e pesquisas que vêm sendo realizados por diferentes pesquisadores, bem como reafirma o entendimento da imprescindível necessidade de Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação.

Dessa forma, esperamos que esta obra seja a mola propulsora para futuras reflexões e inspirações para docentes em formação e/ou exercício da docência. Que ao ler os textos que apresentamos nesse volume inspiremos investigações e práticas exitosas, permitindo um ressignificar dos processos de formação, ensino e de aprendizagem. Os artigos que compõe este livro – cada um sob olhares, discursos, práticas, ideias e impressões de seus autores – buscam galgar por questões que inquietam o cotidiano social da educação, principalmente, contribuir com as discussões que promovam a qualificação do ensino no Brasil, reafirmando a necessidade de olhares mais apurado para subjetividade que compõem as diferentes práticas e discursos educacionais.

Nesse sentido, portanto, desejamos a todos uma ótima e profícua leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Reinaldo Feio Lima

¹ GATTI, A. B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. **Estudos Avançados**. vol.34 no.100 São Paulo Sept./Dec. 2020.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: AS IMBRICAÇÕES ENTRE A CONSTITUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO TECNOLÓGICO

Rosangela Santos da Silva

Ana Cláudia Ribeiro de Souza

DOI 10.22533/at.ed.2512129041

CAPÍTULO 2..... 12

IMPACTO DOS AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM (AVA) NO ENSINO MÉDIO E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Mónica Rocío Barón Montaña

Ruth Johanna Núñez Uribe

Jenny Patricia Ortiz Quevedo

Diana Milena Parra Montaña

DOI 10.22533/at.ed.2512129042

CAPÍTULO 3..... 23

FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO – UMA CRUEL REALIDADE

Elias Canuto Brandão

DOI 10.22533/at.ed.2512129043

CAPÍTULO 4..... 37

A ESCOLARIZAÇÃO E A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL DE SOCIOEDUCANDOS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE: DADOS DE REALIDADE E POSSIBILIDADES

Alexandra de Campos Bittencourt

Daniela Andrade da Anunciação

DOI 10.22533/at.ed.2512129044

CAPÍTULO 5..... 52

PANORAMA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

Claudia Rogéria Fernandes

Fabiane Ferraz Silva Fogaça

DOI 10.22533/at.ed.2512129045

CAPÍTULO 6..... 62

EXU NAS ESCOLAS E A DESCOLONIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO MUSICAL: COTIDIANO E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Affonso Celso de Miranda Neto

DOI 10.22533/at.ed.2512129046

CAPÍTULO 7..... 76

MODELO DE EDUCACIÓN DIALÓGICA EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA-APRENDIZAJE DE LA MATEMÁTICA

Ana María Villón Tomalá

Boris Daniel Farez Paguay
Kleber Andrés Valverde Muñoz
DOI 10.22533/at.ed.2512129047

CAPÍTULO 8..... 88

PEDAGOGIA SISTÊMICA: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA A EDUCAÇÃO

Elisiane do Carmo Neneve

DOI 10.22533/at.ed.2512129048

CAPÍTULO 9..... 101

ANÁLISE SOBRE OS ENTRAVES DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Cristiane Carminati Maricato

DOI 10.22533/at.ed.2512129049

CAPÍTULO 10..... 113

A DIDÁTICA E O ENSINO DA MÚSICA - POSSIBILIDADES DE APRENDIZAGEM

Adelcio Machado dos Santos

Rubens Luís Freiburger

Daniel Tenconi

Danielle Martins Leffer

Alisson André Escher

DOI 10.22533/at.ed.25121290410

CAPÍTULO 11..... 121

A POESIA DE PEDRO MUNHOZ EM UM DIÁLOGO COM O CONCEITO DE SOLO: ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Richard Lima Rezende

Heitor Vieira Passos

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.25121290411

CAPÍTULO 12..... 134

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA DISCIPLINA DE SEMINÁRIO INTEGRADOR DO CURSO DE MEDICINA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES): RELATO DE EXPERIÊNCIA

Camila Cescatto Gonçalves

Cainã Matucheski

Carolina Reinert

Eduardo Schneider

Fabrcio Mulinari de Lacerda Pessoa

João Luiz Baú Carneiro

Rogério Saad Vaz

Francelise Bridi Cavassin

DOI 10.22533/at.ed.25121290412

CAPÍTULO 13..... 141

AS ATIVIDADES LÚDICAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA APRENDIZAGEM DAS

CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Juarez Oliveira Ferreira

Mariluz Sartori Deorce

DOI 10.22533/at.ed.25121290413

CAPÍTULO 14..... 157

O PROFESSOR DE INGLÊS QUE ATUA NA ESCOLA PÚBLICA: NA TENSÃO ENTRE OS DISCURSOS DE VALORIZAÇÃO E DESVALORIZAÇÃO QUE PERPASSAM A DOCÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA

Renata Helena Pin Pucci

DOI 10.22533/at.ed.25121290414

CAPÍTULO 15..... 172

A PRODUÇÃO DO DISCURSO CIENTÍFICO SOBRE A DOENÇA NO RIO GRANDE DO SUL NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Gustavo Bocon Lopes

Márcia Maria de Medeiros

Luiz Alberto Ruiz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.25121290415

CAPÍTULO 16..... 183

A AFETIVIDADE NA RELAÇÃO PROFESSOR – ALUNO E A RELEVÂNCIA DA TEMÁTICA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Any Carolina Ribeiro Silva

Thiago Simão Gomes

Marisa Catta-Preta

DOI 10.22533/at.ed.25121290416

CAPÍTULO 17..... 187

EDUCAÇÃO INFANTIL E O RESSIGNIFICAR DA PRÁXIS DOCENTE POR MEIO DA METODOLOGIA INDICADORES DE RISCO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL - IRDI

Rômulo Fabiano Silva Vargas

Loiva Lucia Herbert

DOI 10.22533/at.ed.25121290417

CAPÍTULO 18..... 211

A BATALHA IMUNOLÓGICA DAS CÉLULAS CONTRA OS PATÓGENOS: A PROPOSTA DE UM MODELO DIDÁTICO TRIDIMENSIONAL DE BAIXO CUSTO PARA O ENSINO DE IMUNOLOGIA

Tiago Maretti Gonçalves

DOI 10.22533/at.ed.25121290418

CAPÍTULO 19..... 221

ANÁLISE DE UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA SOBRE O CONCEITO DE DECOMPOSIÇÃO DA MATÉRIA A PARTIR DO POEMA “LATAS” DE MANOEL DE BARROS

Luciana Marques Farias

Richard Lima Rezende

Débora Rezende Ferreira

Antonio Fernandes Nascimento Junior

DOI 10.22533/at.ed.25121290419

CAPÍTULO 20..... 235

APRENDIENDO NUTRICIÓN CON LOS NIÑOS

María Eugenia Vera Herrera

DOI 10.22533/at.ed.25121290420

CAPÍTULO 21..... 241

O CAMINHO VIRTUOSO DAS ESCOLAS PAROQUIAIS NAS FRENTES AGRÍCOLAS NO SUL DO BRASIL: IMPACTOS DA LEI DA NACIONALIZAÇÃO DE 1938

Paulino Eidt

DOI 10.22533/at.ed.25121290421

SOBRE OS ORGANIZADORES 254

ÍNDICE REMISSIVO..... 256

CAPÍTULO 3

FECHAMENTO DE ESCOLAS NO CAMPO – UMA CRUEL REALIDADE

Data de aceite: 28/04/2021

Data de submissão: 12/02/2021

Elias Canuto Brandão

Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR;
Colegiado de Pedagogia e Grupo de Estudos
e Pesquisas em Educação na Diversidade do
Campo (GESPEDIC)
Paranavaí-PR
<http://lattes.cnpq.br/0224334447996878>

Pesquisa inicialmente apresentada no XIV Encontro Ibero-Americano de Educação, em 21 de novembro de 2019, na Universidade Estadual Paulista (UNESP – Araraquara), atualizado para esta publicação.

RESUMO: O estudo é resultado de uma pesquisa a respeito do fechamento de escolas rurais, com um olhar sobre a microrregião de Paranavaí-PR-Brasil. Analisa a realidade desde a abertura até o fechamento de escolas em 20 municípios, entre 1956 e 2015. No período analisado, das 353 escolas criadas, 345 foram fechadas, o que significa 97,7% de escolas fechadas. Os municípios passaram a utilizar o transporte escolar diário das crianças entre seu *habitat* no campo e a escola urbanizada. A realização da pesquisa objetivou conhecer as causas e as consequências do fechamento das escolas para a região investigada e teve a participação de acadêmicos de diferentes cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Os dados apontam caos

educacional no campo, uma cruel realidade, sem retorno em termos do desaparecimento das escolas e da população, tendo por consequência a concentração das terras em poucas mãos, da dissipação do pequeno agricultor, da agricultura familiar e da vida cultural historicamente presenciada no entorno da igreja, campo de futebol e comércio.

PALAVRAS-CHAVE: Educação rural. Fechamento de escolas. Desaparecimento dos camponeses.

THE CLOSURE OF COUNTRYSIDE SCHOOLS – A CRUEL REALITY

ABSTRACT: This paper is the result of a study on the closure of rural schools, with a closer look upon the northwest region of the Paraná, in particular on the micro-region of Paranavaí. It analyzes the reality of rural school, from the opening to the closure, in 20 cities between 1956 and 2015. In the period of analyzes 353 schools were open and 345 were closed, which mean that 97.7% of the school were closed. The cities started to use the daily school transportation of children between their homes in the countryside to the urbanized schools. The research was carried out with the objective of knowing the causes and consequences of the closure of schools for the investigated region and had the participation of academics from different undergraduate courses at the State University of Paraná (UNESPAR). The data show educational chaos in the rural region, a cruel reality, with no return in terms of the vanishing of schools and population, resulting of the concentration of land in few hands, and the dissipation of the small farmer, the family farming,

and the cultural life, historically witnessed around the church, the family, soccer fields, and trade.

KEYWORDS: Rural education. Closure of schools. Disappearance of peasants.

1 | INTRODUÇÃO

O estudo investiga a abertura e fechamento de escolas no campo, com um olhar específico à região Noroeste do Paraná – Brasil, microrregião de Paranavaí, analisando a realidade dos municípios desde a abertura até o fechamento das escolas rurais em 20 municípios, entre 1956 e 2015. Constatamos que foi e continua sendo uma realidade sem retorno para o campo em todo Brasil, demonstrado na região investigada, composta de 29 municípios, onde 20 municípios, ou seja 68,9%, responderam o questionário enviado a respeito da abertura e fechamento das escolas rurais.

Nos 20 municípios, das 353 escolas criadas, 345 foram fechadas, evidenciando que 97,7% das escolas foram fechadas até 2015. Na prática, os municípios trancaram as escolas no campo, e para que as crianças não ficassem sem estudar, investiram no transporte escolar diário das crianças entre seu *habitat* e a escola urbanizada. A pesquisa identificou que houve ausência de políticas públicas agrícolas e educacionais, resultando na penalização das famílias agricultoras e seus filhos.

A pesquisa teve a participação de acadêmicos de diferentes cursos de graduação da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Os dados apontaram uma realidade sem retorno em termos do desaparecimento das escolas e da população rural, com consequências para a concentração ou arrendamento das terras que pertenciam aos pequenos agricultores.

Apontou que a criação de escolas nas áreas rurais ocorreu com mais intensidade até meados da década de 1970. Após este ano, o incentivo do governo federal ao “desenvolvimento econômico”, à urbanização das cidades e fatores geoclimáticos contribuíram para com a saída em massa das famílias do campo, como apontada pelo município (R-13)¹ ao afirmar que houve “migração das famílias da zona rural para zona urbana”. Nesta direção, observa Pereira (2002, p. 46) que “A rápida urbanização no Estado do Paraná transformou a sociedade de predominantemente rural para urbana”, causando “sérios problemas sociais nos setores de habitação, saneamento básico, abastecimento de água, serviços de saúde e educação” como veremos no decorrer do estudo.

2 | OCUPAÇÃO, COLONIZAÇÃO E O SURGIMENTO DAS ESCOLAS

O estudo implica compreender a história da colonização desde o Brasil Colônia e do Estado do Paraná. O Brasil foi ocupado (invadido) pelos portugueses em 1500, e desde o início foi esquetejado em capitanias e sesmarias, refletindo no contexto sociogeográfico

¹ Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 13.

presenciado em pleno século XXI, com grandes extensões de terras concentradas em poucas mãos de latifundiários, ao mesmo tempo que milhões de trabalhadores, que no passado recente eram camponeses, atualmente se encontram aglomerados nas periferias das cidades, refletindo no desemprego, pedintes, moradores de rua e fome.

O fechamento em alta escala de escolas passa a ocorrer ainda durante o regime militar, intensificando-se no decorrer da redemocratização do Brasil, nas décadas de 1980 e 1990, adentrando o século XXI. Para Gimenes (2020, s/p),

Levantamento com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) sobre o número de estabelecimentos de ensino na Educação Básica confirma que foram fechadas quase 80 mil escolas no campo brasileiro entre 1997 e 2018, somando quase 4 mil escolas fechadas por ano.

Ainda para o autor, somente entre 2018 e 2019, as escolas no campo, sendo milhares delas escolas rurais, tiveram 145.233 matrículas a menos, resultando no fechamento de centenas de milhares em todo Brasil.

As escolas rurais brasileiras estão menos frequentadas, com ensino integral enfraquecido e majoritariamente sob o poder dos municípios, conforme aponta o Censo Escolar 2019, divulgado pelo Ministério da Educação, em 30 de dezembro. No último ano, de acordo com o levantamento, o campo teve queda de 145.233 matrículas na soma de todas as modalidades de ensino – foram 5.195.387 registros em 2018, contra 5.050.154 em 2019 (GIMENES, 2020, s/p).

No Paraná não foi diferente. As aberturas começam com a colonização a partir do litoral, mais especificamente por Paranaguá, avançando por Curitiba, São José dos Pinhais, Ponta Grossa, Guarapuava, regiões Oeste, Sudoeste, Norte Pioneiro, e no início do século XX, acentua-se nas regiões Norte e Noroeste do Estado, resultando na criação de centenas de escolas rurais e posterior fechamento das mesmas.

Diante deste panorama, o desafio foi tecer um olhar para a região Noroeste, objeto da pesquisa, visando compreender a realidade atual. Para o feito, realizamos um voo historiográfico sobre a região dos últimos séculos e constatamos que antes das primeiras escolas construídas, houve incursões dos jesuítas e bandeirantes pelo Paraná e especificamente pela região noroeste.

Destacamos que as terras do Paraná eram vistas pelos colonizadores – exploradores – como abundantes e produtivas. De acordo com Gutiérrez (2006, p. 101) “A produção mercantil voltada para mercados regionais foi a responsável no Paraná pela demanda de terras em abundância e de extensão comprida, desde as primeiras décadas do século XVIII”, influenciando no preço da mercantilização, colonização, produção e na incursão dos exploradores e colonizadores pelo Estado. Tais práticas resultaram na dizimação dos indígenas da região noroeste do Paraná, a exemplo dos Xetás. Os que sobreviveram estão confinados em espaços insuficientes para viverem e produzir. Afirma Gutiérrez que,

Inicialmente, no século XVII, foi o escravo indígena quem preencheu as necessidades da lavoura e da mineração, e ele mesmo foi capturado como mercadoria para venda em outras regiões. Mas nas primeiras décadas do século XVIII, com a consolidação da pecuária como atividade comercial e a diminuição do índio nas áreas mais próximas, os escravos de origem africana substituíram paulatinamente o indígena (GUTIÉRREZ, 2006, p. 101).

Antes de investigarmos o início do século XX, que marca a criação de escolas rurais na microrregião estudada, é importante o leitor ter ciência dos registros de ocupação do Paraná desde o século XVI. Rompatto (2012) identifica a presença de padres jesuítas na região ainda no século XVII, e dos bandeirantes paulistas, no século XVIII, avançando nos séculos seguintes.

Ainda de acordo com Rompatto, no final do século XIX são registradas negociações entre o Estado brasileiro e a Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (*EFSPRG*) para construção da estrada de ferro, podendo explorar e vender as terras das lateralidades da estrada de ferro. Afirma que “[...] nos últimos dias do Império (9 de novembro de 1889) o governo resolve fazer uma concessão de terras (decreto n.º 10.432) ao engenheiro João Teixeira Soares para que este construísse uma estrada de ferro ligando Itararé-SP a Santa Maria-RS” (ROMPATTO, 2012, p. 2), passando pelo Paraná.

Foweraker (1982) observa que a Companhia *EFSPRG* não cumpriu o contrato com o governo, e para não devolver as terras ao governo, transferiu em 1920 o direito de construção da ferrovia à Companhia Brasileira de Aviação e Comércio S/A (*BRAVIACO*), que em 1925 iniciou a colonização na região Noroeste do Paraná. De acordo com Bogoni (s/d, s/p), a colonização iniciou a partir da então gleba Pirapó, posteriormente intitulada de “fazenda brasileira” e à frente denominada de Paranaíba, hoje município. No entanto, seis anos após, em 1931, a Companhia abandona a colonização e as terras retornam ao governo do Paraná, e somente dez anos depois, em 1941, é que o próprio governo do Paraná iniciou a colonização da região pesquisada.

Como a região de Paranaíba ficou fora do contrato da Companhia de Terras Norte do Paraná (que colonizou Maringá, Cianorte, Cruzeiro do Oeste e Umuarama, entre outras) e depois se transformou em Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, o Governo fez por conta própria a colonização da região (BOGONI, s/d, s/p).

Antes que esta inserção de colonização das companhias e do próprio Estado ocorresse, o Paraná já estava sendo colonizado em outras regiões desde meados do século XIX. Destacamos que o modelo de colonização europeu marcou a estrutura geográfica e social em pequenas propriedades, de agricultura familiar, com produção de gêneros de primeiras necessidades, com lotes demarcados. De acordo com Mendonça (2015, p. 209), “[...] as autoridades provinciais defendiam que os imigrantes deveriam receber pequenos lotes de terra, por venda a preços módicos ou por aforamento”. Ainda de acordo com o autor,

[...] nas regiões meridionais de São Paulo e depois na província do Paraná, mesmo a partir da década de 1840 – quando foram incorporadas novas demandas provenientes das áreas de cafeicultura – a política imigratória teria seguido coerente com o antigo princípio que havia sido inaugurado por D. João: promover a imigração para povoar o território, incrementar a produção agrícola e criar uma classe de pequenos proprietários. No Paraná, ao contrário do que ocorrera no centro-sul cafeeiro, os colonos eram imigrantes que se procurava fixar na terra, para povoá-la e para nela produzirem (MENDONÇA, 2015, p. 209).

Assim foi também a colonização da região Noroeste. Recebendo milhares de famílias de diferentes regiões do Brasil, na maioria nordestinas, resultando na construção de centenas de escolas rurais em toda região Noroeste para escolarizar as crianças, na maioria das vezes sem a presença das políticas públicas para a agricultura, educação e saúde.

A colonização resultou na divisão da região em pequenas propriedades para produção voltada à sobrevivência das famílias. Mas à medida que as políticas do governo federal começaram a se voltar para o dito “desenvolvimento econômico” após o golpe militar/civil, em 1964, e a forte geada de 1975 que assolou a região Noroeste do Paraná (BOGONI, s/d) e o Sul do Brasil, assim como as propagandas da industrialização nas cidades e a colonização da região Norte, massivamente divulgadas, a migração das famílias se tornou uma realidade, assim como se tornou realidade o desaparecimento das pequenas propriedades, escolas e igrejas.

A geada dizimou café, pastos, pomares, outros cultivos e as famílias agricultoras, *in loco*, migraram para as cidades em busca de emprego, assim como para o norte do país, em busca de novas colonizações. O que se presenciou a partir da década de 1970 foram o desaparecimento ou fechamento das igrejas, comércios, escolas rurais, áreas de diversão, como campo de futebol, e das pequenas propriedades que se metamorfosearam em latifúndios, com implicações catastróficas, desemprego em massa, inchaço das cidades, pobreza absoluta, pedintes, andarilhos, moradores de rua, favelas. As políticas de urbanização das cidades induziam os camponeses a abandonarem suas terras, e não houve políticas para mantê-los no campo.

O jornal Gazeta do Povo, em reportagem datada de 11/07/2015, fez um resgate do que restou 40 anos após a geada de 1975. A reportagem intitulada “O dia antes do fim”, evidencia que a “Manhã gelada de 18 de julho de 1975 alterou em definitivo a economia, a geografia e a cultura do estado do Paraná”. De acordo com a matéria, “As alterações na formação urbana e econômica são duas das marcas que permanecem quatro décadas após um dos maiores golpes sofridos nas lavouras paranaenses.” A Gazeta do Povo ainda explana que “[...] a população rural teve uma redução de 60% em 40 anos – passando de 4,5 milhões de pessoas para 1,5 milhão. Cerca de 300 mil famílias de trabalhadores ficaram sem emprego” (GAZETA DO POVO, 2015, s/p)².

2 Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-dia-antes->

As crianças das famílias que permaneceram no campo passaram a ser transportadas em ônibus para estudar nas escolas das cidades, remetendo-nos a Marx (1987, p. 30) quando no século XIX alertava que “O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político [...]”, expulsando do sistema todo aquele que o sistema não mais absorve, como ocorreu com os camponeses após a década de 1970. No caso estudado, os reflexos diretos se deram sobre o fechamento de escolas no campo e a expulsão das famílias camponesas para os centros urbanos ou outras regiões agrícolas do Centro Oeste ou Norte do Brasil. Neste sentido, Martins (1981) alerta que o que ocorreu no Noroeste do Paraná e em outras regiões foi tendência mundial do capitalismo. Afirma que o capitalismo objetiva

[...] dominar tudo, subordinar todos os setores e ramos da produção e, pouco a pouco, ele o faz. Só não poderá fazê-lo se diante dele se levantar um obstáculo que o impeça de circular e dominar livremente, que o impeça de ir adiante. A terra é esse obstáculo. Sem a licença do proprietário da terra, o capital não poderá subordinar a agricultura. Como o capital tudo transforma em mercadoria, também a terra passa por essa transformação, adquire preço, pode ser comprada e vendida, pode ser alugada. A licença para a exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário (MARTINS, 1981, pp. 160-161).

O que Martins afirma, a pesquisa detectou. Os camponeses foram usados, manipulados e espolgados. Foram utilizados enquanto úteis à colonização. Após a terra limpa, estradas abertas e cidades erguidas, a continuidade no campo não mais foi necessária, iniciando-se o processo de acumulação capitalista – a concentração das terras. Mesmo se não tivesse advindo a geada de 1975, o modelo econômico em desenvolvimento expulsaria os camponeses em direção às cidades, e a força de trabalho assalariada foi absorvida pela indústria, o comércio e a construção civil.

3 | DA CRIAÇÃO DE ESCOLAS

Bem e Lima (2015) narram que cada região do Paraná teve história diferente na ocupação e criação de escolas rurais. Em algumas regiões, escolas foram organizadas pelos colonizadores, em outras por fazendeiros e em outras por pequenos agricultores que precisavam da escola para seus filhos, e como não havia a presença do Estado ou do município, a escola era construída pelos agricultores, fazendeiros ou mesmo pelos estrangeiros residentes no campo. Observamos que no início do século XX, outra região, a “[...] região Norte do Paraná as primeiras escolas primárias rurais próximas a Londrina foram construídas por estrangeiros, em geral europeus e japoneses, recém-chegados, durante as décadas de 1920 e 1930” (BEM; LIMA, 2015, p. 23). Construções semelhantes se deram posteriormente em Querência do Norte no início da colonização do Noroeste, como aparece em uma das respostas sobre a criação das primeiras escolas.

-do-fim-0cq6bwgyf403z8w3q8e5k6ow5/. Copyright © 2019, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.

No início da colonização, quanto da escolaridade, haviam muitas escolas nas fazendas. Normalmente eram bem distantes umas das outras até em quilômetros. Assim os filhos dos patrões que tinham uma escolaridade maior, eram os próprios professores dos filhos destes funcionários da fazenda. (R-15)³

Não foi diferente nas demais cidades da região Noroeste do Paraná, com a presença de pequenos agricultores provenientes de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Bahia, entre outros estados do Brasil para derrubar as matas, a fauna e a flora, em nome do desenvolvimento. O feito implicava a construção de espaços para as crianças estudarem – a escola.

A preocupação dos primeiros proprietários de terras no decorrer da colonização não foi com a presença do gestor público municipal ou estadual para oferecer escolas às crianças. A preocupação foi construir a escola o mais próximo possível do maior número de famílias trabalhadoras em fazendas. Posteriormente realizava-se os contatos com o gestor municipal para solicitar um educador, melhorar a construção, ou cedê-la ao Poder Público.

Para a criação das escolas, chegavam as famílias nas áreas ocupadas e iniciavam a derrubada da floresta, abrindo estradas, erguendo igrejas e construindo escolas. As escolas funcionavam em salas multisseriadas⁴, realidade das escolas rurais em todas as regiões do Paraná, como afirma Mazur (2016, p. 71): “O que prevaleceu no Estado foi a escola rural de mestre único, multisseriada, caracterizada pela precariedade da estrutura física, do ambiente escolar e da formação de professores”. A aprendizagem se dava de forma mecânica na leitura, na escrita, no decorar a tabuada e no fazer contas das operações somar, dividir, multiplicar e diminuir. A escola rural – assim como a urbana – não era e não é para fazer pensar ou questionar.

Os estudantes e parte considerável dos professores não tinham noção do que era democracia, nazismo, esquerda, direita, socialismo ou comunismo. Não sabiam o que era regime militar ou democrático, menos ainda as formas de governos monárquico, presidencialismo ou parlamentarismo.

Como os textos chegavam elaborados nas escolas por meio de livros didáticos, a função da professora ou professor era repassar o conteúdo previamente elaborado nos gabinetes e impressos nas gráficas e editoras. Como descreveu Miguel (2007, p. 84), qual outro fim tinha a escola rural, se não “ensinar mecanicamente a ler, escrever e contar”? Assim foram as escolas rurais. Assim foi o aprendizado no passado recente. Assim o autor desta pesquisa iniciou a escolarização e foi alfabetizado, mecanicamente e sem consciência da sociedade, da política e do que estudava.

As terras onde estavam as escolas rurais e que antes pertenciam a milhões de

3 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 15.

4 Este autor, entre 1967 e 1969 estudou em sala multisseriada, em uma escola do município de Cianorte-PR, na estrada PR-567, entre Cianorte e o distrito de São Lourenço, a 700 mts do Ribeirão Veríssimo, onde atualmente existe a Capela Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.

pequenos trabalhadores até a década de 1970, foi-se concentrando em latifúndios e as famílias pequenas agricultoras que produziam para o sustento familiar e para o desenvolvimento da economia local, foram expulsas de suas terras pelo sistema capitalista vigente, transformando-se em força de trabalho nas cidades, inchando as cidades. Escancara-se o desemprego, a insegurança social, o medo e a falta de perspectivas das famílias, expondo milhões de trabalhadores camponeses ao trabalho desconhecido, submetendo-os às imposições da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), ao assalariamento e à proletarização.

A expulsão do homem do campo após 1970 nos leva a Marx (1984), que no século XIX escreveu que “[...] o proletariado não cresce apenas em número; mas concentra-se em massas cada vez mais consideráveis [...]” (MARX, 1984, p. 26), de forma miserável nas cidades. A concentração dificulta o gerenciamento de políticas públicas em todas as áreas, como na saúde e educação. Na prática, o proletário tornou-se um número a mais nas cidades, um “elemento”⁵ sem consciência, facilitando sua dominação social, cultural e política.

4 | O FECHAMENTO DAS ESCOLAS RURAIS – A PESQUISA

Posto a discussão histórica e social, debruçemo-nos na análise da pesquisa a partir da decomposição das respostas recebidas das secretarias de Educação, ou seja, a partir das informações dos gestores. Para a realização da pesquisa, contatamos os municípios a nos responder sobre as escolas criadas e fechadas. Posteriormente analisamos as informações.

Destacamos que nem todas os municípios encaminharam informações. Alguns responderam que não tinham dados arquivados. Assim, atenhamo-nos aos municípios que responderam.

Destacaremos respostas que evidenciam as demandas para abertura das escolas rurais, ou os motivos que avaliam terem sido determinantes para o cessamento das atividades. Ao perguntarmos “Por que as escolas rurais foram criadas e por que foram fechadas, e o que motivou o fechamento?”, a maioria dos municípios seguem o mesmo raciocínio da resposta do município R-1:

As escolas rurais foram criadas para atender a demanda da época, onde a maioria da população residia na zona rural para trabalhar na lavoura e cultivo de café, mandioca e cana de açúcar. Com o passar dos anos essas crianças foram crescendo e migrando para a cidade, com isso houve a diminuição da população rural e o aumento da população urbana. Sem clientela para frequentar as escolas rurais, as mesmas foram fechadas por falta de alunos (R-1)⁶.

5 “Elemento”: termo utilizado pela polícia, ou seja, pessoa desprezada, objeto, coisa.

6 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 1.

Com o passar dos anos, devido a diminuição da população rural, muitas escolas rurais tiveram que ser fechadas. O município passou a ofertar o transporte escolar para os alunos residentes nestas localidades, de forma a transportá-las para as escolas situadas na área urbana da cidade (R-9)⁷.

As respostas apresentam uma naturalidade na ação de abrir e cessar as escolas, assim como em transportar as crianças para estudar em escolas nos centros urbanos. É como se fosse normal/natural abrir, fechar e transportar. Como se não envolvesse seres humanos, crianças, pais e comunidade.

Não identificamos esforços dos municípios para o não fechamento das escolas, mas interesse em aproveitar a oferta do transporte escolar oferecida pelo governo federal, fechando escolas à medida que diminuía o número de estudantes, contribuindo com o processo de dominação do campo pela agroindústria e o agronegócio. Sobre o fechamento de escolas, constatou Mazur (2016) em sua investigação que,

Essa ação de conduzir os estudantes para a zona urbana a partir da década de 1990, tem como pano de fundo a disputa por projetos de campo. No caso, o projeto de campo dominante tem sido o campo da agricultura capitalista o qual necessita de um campo sem gente para se difundir; interessa a ele apenas um campo para produção (MAZUR, 2016, p. 175).

Chamou-nos atenção em relação à abertura e fechamento a resposta do município R-2, onde afirma que as escolas rurais,

Foram criadas por causa da grande demanda de alunos que existia na zona rural que, em virtude da lavoura cafeeira, as famílias moravam nas fazendas e pequenas propriedades. Outro fator é que não existia transporte escolar estruturado como acontece atualmente e, se existisse, seria necessário um grande número de veículos, motoristas, muito combustível e toda uma logística onerosa para os municípios. Desse modo, tornava-se mais fácil deslocar o professor para a zona rural, quando, não raras às vezes, o mesmo morava no bairro rural ou fazenda onde lecionava, tornando tudo mais fácil.

O fechamento foi motivado, em grande parte, pelo êxodo rural, especialmente após a geada negra de 1975 que dizimou os cafezais e levou a introdução da mecanização para produção de grãos. Neste caso, inversamente do que aconteceu para a abertura, manter escolas isoladas se tornou inviável pois atualmente poucos alunos moram na zona rural, exceto em algumas comunidades como Assentamentos da Reforma Agrária. (R-2)⁸.

A concepção de educação do município R-2 é completamente contraditória às políticas e objetivos da Educação do Campo⁹. Evidenciaram na primeira parte da resposta acima que na época, caso existisse o “transporte escolar estruturado como acontece

7 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 9.

8 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 2.

9 A Educação do Campo não compactua com o fechamento de escolas no campo. A política da Educação do Campo é de criação de escolas no campo, da volta dos camponeses ao campo, da reforma agrária, ampliação de assentamentos, políticas agrícolas e agrárias e da produção sem agrotóxico.

atualmente”, já faziam o transporte escolar e não construiriam escolas no campo, o que para a Educação do Campo é inaceitável. A continuidade da afirmativa apregoa que “se existisse, seria necessário um grande número de veículos, motoristas, muito combustível e toda uma logística onerosa para os municípios”. A compreensão da escola, do transporte escolar e do campo para o município R-2 é questionável, indicando uma concepção equivocada de educação para os povos do campo.

Observa o município R-2 que a geada de 1975 e a mecanização contribuíram com o fim das pequenas propriedades e a dizimação das famílias, o que procede. Para além da geada, outros fatores contribuíram com o desaparecimento das pequenas propriedades e das escolas, entre eles a mecanização que se estendeu por todo Brasil. Na região Oeste do Paraná, de acordo com Bem e Lima (2015),

A mecanização do solo inviabilizou a maioria das propriedades agrícolas com menos de 20 hectares, gerando um grande excedente populacional que passou a migrar para as maiores cidades da região da época: Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu ou para os Estados do Mato Grosso e Rondônia. (BEM; LIMA, 2015, p. 26).

Fecharam-se escolas e não possibilitaram discussão de resistência. Os agricultores não foram ouvidos e isolados no campo, com estradas abandonadas, abandonaram o campo. É o que constatamos nas respostas dos municípios que não indicaram possibilidades de reaberturas de escolas rurais. Perguntados se havia demanda que justificasse a reabertura, 20 municípios responderam “não” e alguns apresentaram justificativas:

- “[...] há poucos alunos que residem na zona rural e esses têm acesso ao transporte” (R-10);
- “Não há demanda de alunos para a reabertura de uma nova escola rural, até mesmo a escola na cidade tem poucos alunos, por ser um município pequeno” (R-8)¹⁰;
- Ou que as escolas foram fechadas por “falta de demandas” (R-14)¹¹;
- Foram fechadas devido a “geada negra de 1975” (R-2)¹²;
- Fechadas devido o “êxodo rural” (R-11)¹³;
- Fechadas devido o “número reduzido de alunos” (R-5)¹⁴;
- Fechadas devido a “mudança de residência dos alunos para outros municípios” (R-4)¹⁵;

10 Respostas das secretarias de Educação dos municípios identificados com os números 10 e 8.

11 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 14.

12 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 2.

13 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 11.

14 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 5.

15 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 4.

- A “[...] demanda de alunos foi diminuindo cada vez mais, até ser mais viável o transporte escolar rural, e trazer esses alunos do campo para cidade” (R-8)¹⁶.

Constatamos nas respostas a ausência de políticas públicas dos gestores públicos para os povos do campo a partir das década de 1960, sobretudo durante e após o regime militar, interferindo negativamente nas alterações geopolíticas e culturais, e no desenvolvimento econômico da região Noroeste do Paraná.

A pesquisa evidenciou a “ausência” de consciência social e política dos gestores públicos para políticas que repensasse o retorno dos camponeses ao campo. Os gestores veem unicamente o fechamento das escolas rurais. Como investigaram Oliveira; Rabello e Feliciano (2014, p. 141), famílias com suas crianças vão para as cidades por falta de ações do Estado. Em se tratando dos jovens, afirmam que vão para as cidades por verem nela melhores condições de vida e trabalho, “[...] expressam o descontentamento com a falta de ações do Estado para eles, o que os fazem sentirem-se esquecidos pelo Estado”, retirando-se forçadamente do campo.

A pesquisa evidenciou que, dos 20 municípios da microrregião de Paranavaí, 16 fecharam todas as escolas rurais. Das 353 escolas que existiam no campo, 345 foram fechadas e 08 estão em funcionamento, no entanto, algumas agonizam com a falta de políticas dos gestores, a exemplo do município R-7 que evidenciou a possibilidade de fechar a única escola rural em funcionamento. Informou-nos: “Se continuar diminuindo o número de alunos da maneira que está, com certeza terá que fechar”¹⁷. As demais 07 escolas rurais e do campo em funcionamento, não foram apontadas com possibilidades de cessamento das atividades, mas o modelo político educacional em ação nos diferentes municípios poderá fechar algumas delas a curto prazo.

Analizamos também o número de crianças transportadas. 15 municípios afirmaram transportar 4.247 alunos. Considerando que 05 municípios pesquisados não responderam esta questão e 09 municípios não devolveram os questionários, deduz-se que aproximadamente 6 mil crianças são transportadas nos 29 municípios da microrregião, percorrendo diariamente dezenas de quilômetros.

A este respeito, o município R-5 informou que as crianças chegam a percorrer 66km, ficando até 2 (duas) horas no transporte escolar. Este tempo varia entre os municípios. Há município que as crianças permanecem entre 30min a 2 horas dentro do transporte escolar, o que certamente, o tempo *in itinere*¹⁸ interfere no desenvolvimento intelectual e na aprendizagem, além de possíveis problemas psicológicos.

O estudo indica que em menos de um século, em 93 anos de história da região Noroeste do Paraná (1925-2018), de um campo altamente povoado, tornou-se quase que um tapete em pastagem para o gado, com algumas partes em canaviais, laranjais, plantio

16 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 8.

17 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 7.

18 Horas que as crianças permanecem no itinerário (estrada) entre a residência e a escola, ou seja, tempo gasto no transporte escolar entre a casa e a escola, ida e volta.

de mandioca e em menor escala com amora para o mercado do bicho da seda.

A caminho de concluir, constatamos que a primeira escola criada na microrregião de Paranavaí foi em 1956, no município de Paracity, intitulada de Escola Rural Municipal “David Carneiro” – Educação infantil e ensino fundamental, fechada em 2014. E a última escola fechada foi a Escola Rural Euclides da Cunha, no município de Terra Rica-PR. Esta foi criada em 1982 e funcionou por 33 anos.

Chamou-nos atenção o município de Querência do Norte, ao lado do Rio Paraná. Criado em 1954, foi desmembrado de Paranavaí e as escolas rurais naquele município foram criadas em fazendas para atender os filhos dos funcionários. Os professores foram “filhos dos patrões que tinham uma escolaridade maior” (R-15). Das 16 escolas rurais deste município, 13 foram fechadas devido o “descontrole de matrículas e defasagem deste ensino” (R-15). Somente 03 (três) escolas estão abertas, e é o município com o maior número de escolas abertas no campo na região. Uma das escolas funciona em um dos maiores assentamentos da região¹⁹.

No mesmo assentamento funciona o Colégio Estadual do Campo Centrão, elevando o município de Querência do Norte a manter 04 escolas no campo, sendo 03 municipais e 01 Colégio estadual. Mesmo assim, “cerca de mil alunos se deslocam do campo para irem estudar nas escolas da cidade” (R-15), e muitos alunos chegam a ficar “2 horas desde que sai de sua casa, até chegar na escola” (R-15)²⁰ no interior do ônibus.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, inédita na região Noroeste do Paraná, possibilitou um olhar real sobre a criação e fechamento das escolas rurais, apontando que 97,7% das escolas no campo foram cessadas e as terras, na sua maioria, foram concentradas em poucas mãos, vertendo-se atualmente para a cana, pastos, mandioca, laranja e amora para o bicho da seda.

A pesquisa atingiu 68,9% de seu objetivo inicial, apesar das dificuldades encontradas junto a algumas secretarias de Educação para a realização do levantamento. Mesmo com as dificuldades, evidenciou-se que a microrregião de Paranavaí sofreu uma alteração geopolítica considerável nos últimos 93 anos.

Quanto às escolas que continuam funcionando no campo, estas são incógnitas para o futuro, pois gradativamente ocorre migração da população e os municípios decrescem em população camponesa, que se deslocam para as cidades, sobretudo as maiores, pois a maioria das cidades da microrregião não tem capacidade financeira de auto sustentabilidade, dificultando o acesso à educação, saúde, trabalho, água, esgoto, moradia entre outros.

Por fim, a pesquisa evidenciou que os municípios deveriam se preocupar em corrigir esta situação, e um caminho seria oferecer vida ao campo por meio de políticas públicas de

19 Escola Camponesa Municipal Chico Mendes, no Assentamento Pontal do Tigre, assentamento formado com mais de 350 famílias procedentes de distintas regiões do Estado do Paraná, com descendência de vários estados do Brasil.

20 Resposta da Secretaria de Educação do município identificado com o número 15.

assentamentos, mas os gestores públicos, em todas as esferas, não se deram conta desta demanda e necessidade viável.

REFERÊNCIAS

BEM, Anderson; LIMA, Maria das Graças de. Criação, expansão e desativação das escolas rurais na Mesorregião Oeste do Paraná. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 20-36, jul./dez. 2015. ISSN 2179-4510. Disponível em: <http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/N11/Art2-Revista-Ensino-Geografia-v6-n11-Bem-Lima.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2019.

BOGONI, Saul. **Lampejos sobre a história de Paranavaí**. Paranavaí, s/d. Disponível em: <http://www.paranavaipr.gov.br/municipio/1611>. Acesso em: 25 jun 2018. Não paginado.

FOWERAKER, Joe. (1982). **A luta pela terra**: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais. M. J. Goldwasser (Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

GAZETA DO POVO. O dia antes do fim. Diego Antonelli (org.). Curitiba: 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/40-anos-da-geada-negra/o-dia-antes-do-fim-0cq6bwgyf403z8w3q8e5k6ow5/>. Acesso em: 01 jul. 2019. Copyright © 2019. **Gazeta do Povo**. Todos os direitos reservados. Não paginado.

GIMENES, Erick. Fechamento de vagas e escolas em zonas rurais preocupam famílias. Rede Brasil Atual, 2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/sem-categoria/2020/01/fechamento-escolas-zonas-rurais-preocupam/>. Acesso em: 05 fev. 2021.

GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **Revista História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v25n1/a05v25n1.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MARTINS, Jose de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. J. C. Bruni et al (Orgs). 4a ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987 – Os pensadores.

Marx, Karl; Engels, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 4a ed. São Paulo: Global Editora, 1984.

MAZUR, Ivania Piva. **O processo de fechamento das escolas no campo em Itapejara D'Oeste/PR**: o caso da Escola Estadual de Lageado Bonito e do Colégio Estadual do Campo Carlos Gomes. Francisco Beltrão, UNIOESTE, 2016 – Dissertação (Mestrado em Educação).

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Revisitando a história da imigração e da colonização no Paraná provincial. **Revista Antíteses**, v.8, n. 16, p.204-226, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/20729>. Acesso em: 08 fev. 2021.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. As escolas rurais e a formação de professores: a experiência do Paraná – 1946-1961. In: WERLE, Flávia Obino Correa (org). **Educação rural em perspectiva internacional**: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

OLIVEIRA, Luciano Benini de; RABELLO, Diógenes; FELICIANO, Carlos Alberto. Permanecer ou sair do campo? Um dilema da juventude camponesa. **Revista Pegada** – Vol. 15, Nº 1, Julho/2014. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/3032/2626>. Acesso em: 06 jul. 2019.

PEREIRA, Roberval Eloy. **A consolidação de escolas unidocentes como política de educação para a zona rural do Paraná**. São Paulo: Annablume / Fundação Araucária, 2002.

ROMPATTO, Maurílio. Construções históricas acerca da (re)ocupação do Noroeste do Paraná – o caso de Paranavaí e região. **Revista Urutaguá**. Acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/16398>. Acesso em: 08 fev. 2021.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações educativas 141

Ambiente virtuais de aprendizagem 12

Aprendizado 7, 8, 29, 53, 56, 113, 119, 129, 130, 132, 146, 157, 162, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 177, 211, 213, 224, 232, 235

Aprendizaje dialógico 76, 77, 79, 80, 83, 86

Aprendizaje significativo 22, 77, 235

Arte 60, 71, 113, 115, 116, 121, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 145, 169, 223, 224, 226, 228, 232

Artigo científico 135, 136, 213

Atividades lúdicas 141, 142, 145, 147, 149, 150, 152, 153, 155

Avaliação da aprendizagem 74, 221, 231, 232

B

Barreiras 13, 14, 37, 45, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 108, 254

C

Ciência 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 26, 69, 89, 90, 99, 100, 115, 116, 122, 124, 125, 131, 132, 133, 140, 141, 179, 180, 181, 190, 202, 212, 226, 229, 233, 234, 252

Cotidiano 14, 19, 42, 50, 59, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74, 116, 125, 142, 144, 146, 148, 152, 153, 165, 194, 201, 226, 229, 233, 244

D

Desafios 9, 10, 15, 16, 18, 19, 21, 47, 51, 52, 53, 56, 57, 62, 66, 94, 99, 118, 134, 137, 153, 155, 156, 233

Desaparecimento dos camponeses 23

Descolonização 62, 63, 75

Desenvolvimento psíquico 94, 144, 187, 189, 191, 192, 198, 201

Deteção 187, 189, 190, 191, 197, 201, 203

Didática 15, 16, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 133, 182, 231, 233, 255

Direitos 6, 28, 35, 38, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 146, 198

E

Editorial 87, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 186

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 61,

62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 88, 89, 93, 94, 96, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 119, 124, 125, 129, 132, 133, 139, 140, 141, 143, 146, 151, 152, 154, 155, 156, 157, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 183, 184, 185, 186, 187, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 207, 220, 221, 223, 225, 226, 227, 231, 232, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 251, 252, 254, 255

Educação ambiental 221, 231, 232, 233, 234

Educação inclusiva 101, 102, 103, 107, 108, 110, 111, 112

Educação médica 172

Educação musical 62, 63, 70, 71, 73, 74

Educação rural 23, 35

Educação superior 3, 12, 58

Ensino 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 34, 35, 43, 46, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 89, 93, 96, 100, 107, 108, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 132, 133, 134, 138, 139, 140, 141, 146, 155, 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 182, 183, 184, 185, 186, 197, 198, 203, 211, 212, 213, 215, 220, 221, 223, 224, 226, 229, 231, 233, 234, 241, 242, 243, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255

Ensino à distância 52, 54, 55, 58, 59, 60

Ensino médio 4, 12, 43, 71, 213, 221, 223, 226, 229, 233

Ensino tecnológico 1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 11

Escola pública 141, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 243, 248, 249, 251

Escolarização 29, 37, 40, 41, 42, 46, 50, 108, 119, 122, 129, 222, 245

Estética da ginga 62, 64, 70, 74

Exu 62, 63, 64, 65, 66, 70, 71, 73, 74, 75

F

Fechamento de escolas 23, 24, 28, 31

Formação de professores 1, 2, 6, 8, 10, 11, 29, 35, 59, 121, 122, 124, 125, 133, 157, 169, 183, 185, 186, 191, 223, 224, 225, 233, 244, 254, 255

H

História da medicina 172

Humanização 88, 89, 93, 94, 131

I

Imunologia 211, 212, 213, 215, 220

Indicadores de risco ao desenvolvimento infantil (IRDI) 187

Institutos federais 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11

Interação 16, 20, 54, 58, 68, 90, 92, 93, 94, 96, 109, 124, 129, 132, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 152, 153, 155, 160, 161, 170, 215, 221, 230, 232

Intervenção precoce 187, 190, 191, 197

L

Linfócitos 211, 213, 214, 215, 219, 220

M

Matemática 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 150, 154, 168, 254, 255

Material didático 53, 56, 60, 211, 213, 215, 253

Metodologia 52, 56, 57, 58, 67, 70, 88, 89, 95, 121, 127, 130, 139, 151, 169, 185, 186, 187, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 225, 227

P

Panorama 25, 52, 53, 62, 123

Pedagogia sistêmica 88, 89, 94, 95, 96, 97, 98, 100

Pesquisa científica 120, 135

Prática pedagógica 12, 63, 73, 120, 121, 122, 125, 127, 128, 129, 184, 191, 193, 195, 221, 223, 234

Prevenção 47, 49, 187, 188, 189, 190, 191, 196, 197, 200, 203

Proceso de enseñanza-aprendizaje 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86

Professor de inglês 157, 159, 162, 164, 167, 168, 170

R

Recurso pedagógico 221, 223, 232

Resposta imune 211, 213, 214, 215, 219, 220

S

Semiliberdade 37, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51

Servicio comunitario 235, 238, 239, 240

Síntese crítica 134, 135, 137

Sociedade 1, 2, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 24, 29, 38, 39, 40, 41, 45, 46, 49, 50, 94, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 113, 114, 116, 117, 118, 122, 133, 137, 138, 141, 164, 166, 170, 171, 174, 176, 177, 178, 179, 181, 196, 211, 222, 224, 225, 226, 229, 231,

243, 245, 246, 247, 248, 255

Solo 32, 77, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 227, 233, 238





T

Tecnologia 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 53, 60, 103, 141, 226

Tensão discursiva 157, 159, 161, 166

Discursos, Práticas, Ideias e Subjetividades na Educação

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021

Discursos,

Práticas, Ideias e Subjetividades

na Educação

3

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

 **Atena**
Editora

Ano 2021